

## O Governo Obama e a Questão Energética: da Crise Financeira ao Etanol

### *The Obama Government and the Energetic Issue: from Financial Crise to Ethanol*

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE\*

Meridiano 47 n. 106, mai. 2009 [p. 37 a 40]

Os contatos do presidente Luis Inácio Lula da Silva com Washington, para dialogar com Barack Obama sobre a crise financeira que assola o sistema econômico internacional, desde setembro de 2008, têm o objetivo de contribuir para que se encontrem meios para sair da turbulência. Sem dúvida, algo que interessa profundamente ao Brasil e, não menos, à nova administração da Casa Branca, visto que a economia de massa, razão de ser da ordem de mercado (e do pleno emprego), depende amplamente de crédito irrestrito para todas as camadas sociais.

Embora o governo brasileiro possa se arrogar de ter construído medidas que ajudam o Estado a resistir à crise financeira, por exemplo, as formas de coordenação bancária que permitem maior participação do Banco Central no cotidiano do mercado financeiro, não há dúvidas de que o pronto restabelecimento da economia internacional, ao menos dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, daria grande impulso à elevação industrial e da economia brasileira.

Isto porque os Estados Unidos perderam por volta de 10% de sua riqueza em virtude de solvências bancárias. Situação que já havia feito com que o ex-presidente George W. Bush aplicasse mais de US\$ 600 bilhões para consertar o sistema financeiro sobre o qual o país havia apostado sua nova projeção de poder em companhia do Reino Unido, de Margaret Thatcher a Gordon Brown. Os Estados Unidos e o Reino Unido preferiram deixar a produção, o aspecto físico

da economia, em segundo plano, para privilegiar um setor que envolve alta tecnologia da informação e da comunicação, fornecendo facilidades bancárias e crédito a quase todos os Estados.

É fato que o papel desempenhado pelos Estados Unidos não é solitário dentro desse imbróglio. O Reino Unido tem sua participação como sócio. A projeção de poder das duas potências por meio do mercado financeiro e da tecnologia, desenvolvida para ocupar esse espaço, foi bem analisada por dois importantes analistas do tema, Peter Gowan (2003) e John Gray (1999).

Essa transformação político-econômica, tanto dos Estados Unidos quanto do Reino Unido, pode ser interpretada como uma das formas de expressão da globalização que abarca todo o sistema econômico internacional sendo que nele os países fazem papel de cliente do grande conjunto bancário que aposta no crédito fácil para manter a estabilidade. De fato, o crédito abundante não deixa de ser relevante em vista do modelo de atuação econômica adotado por Nova Iorque e Londres, as duas mais importantes praças internacionais do mercado financeiro.

Vale dizer, economia aberta que as duas potências adotaram e influenciaram outros países; claro sem desconhecer as resistências nacionais que os governos locais procuram adotar para neutralizar os efeitos dessa conjugação econômica e financeira, como o Japão e a Índia. Se não procuraram resistir pelos efeitos econômicos que fosse, então, pelo aspecto cultural e político. Mesmo assim, não há como ignorar

\* Cientista Político pela Universidade de Campinas – Unicamp e Professor da Universidade Federal do ABC.  
(alexandrehage@hotmail.com).

que a crise promoveu retrocessos até em Estados que se esforçaram por relativa distância em relação aos grandes centros financeiros globais.

Assim, o governo do presidente Lula faz questão de sublinhar que a posição brasileira no sistema econômico internacional é diferente, tem mais qualidade, uma vez que o País não faz parte da atual crise em condição subalterna e recorrente ao Fundo Monetário Internacional, como foi nos anos 1990, na crise asiática e russa. A atual situação do Brasil, para o governo federal, é imbuída de amor-próprio e vontade nacional para apresentar saídas para os problemas que perturbam praticamente todos o mundo. No lugar de sofrer em virtude de erros alheios, o Estado brasileiro é tido por modelo de resistência e sabedoria em política econômica.

Mas há também outro tema, não divorciado do primeiro, que também impulsiona o governo Lula a procurar Washington: a posição energética que toca os interesses dos dois países. Desde a visita de Bush ao Brasil, em 2007, Brasília tem a intenção de aumentar a venda de etanol, álcool de cana-de-açúcar, para a economia norte-americana e procurar tirar vantagem da pujança industrial daquela potência, o que elevaria substancialmente os ganhos econômicos do setor sucroalcooleiro nacional. Por isso, o clamor para que a economia daquele país volte a crescer.

Considerando a máxima ricardiana das vantagens comparativas, o Brasil teria grande possibilidade de aumentar tanto sua riqueza quanto sua participação internacional como fornecedor de combustíveis renováveis e, para isso, teria de convencer o poder americano a abrir mão de medidas protecionistas a favor de produtores de etanol de milho que, embora renovável, é altamente custoso e menos eficiente que o parente de cana-de-açúcar.

Eis uma grande tarefa para Lula em seu diálogo com Obama: como fazer com que o governo democrata, encarado por protecionista e apegado às questões sindicais e trabalhistas, possa contemplar o desejo do Brasil para fazer valer sua competência “natural” no fornecimento de combustível limpo para os mercados sem condições de produzi-lo a contento. Por que desperdiçar milho ou outro elemento “nobre” para a alimentação se o País tem condições

de fornecer combustível mais bem desenvolvimento econômica e ambientalmente?

Mas, por outro lado, o fato de o Brasil ter competência e tecnologia energética não significa ter controle na cadência energética internacional. O jogo sobre a energia é pesado e requer desenvoltura política e estratégica dos membros que queiram exercê-lo. Não há garantia de que o grande produtor de energia seja também um respeitado *player*. E isso é um traço que o grupo estratégico brasileiro, no complexo Planalto-Itamaraty, tem de conhecer. Isto porque há uma outra advertência além do aspecto fluido do sistema internacional de energia, a corrida pela cadência tecnológica que pode fazer com que a ciência americana ultrapasse a brasileira na corrida no quesito de produção de etanol e biomassa, que seja mais eficiente e fruto de outros insumos, além da cana, como a madeira e resíduos orgânicos.

Além de tencionar ser fornecedor de etanol para os Estados Unidos, o Brasil também tem o intuito de fornecer gasolinas – hidrocarbonetos com valor agregado. Mais uma questão que não passa despercebida, já que haveria de se desenvolver largamente as novas jazidas das Bacias de Santos e Campos para que o País possa fornecer combustíveis aos americanos sem se descuidar da demanda nacional. Aumentar e desenvolver a produção nacional requer regularidade de investimentos em um momento em que há forte retração de investimentos no setor de pesquisa e tecnologia, por isso a torcida para que a crise financeira seja logo superada.

E mais, se o Brasil se tornar grande fornecedor de combustível, vale dizer, gasolina e demais produtos acabados, ele poderá substituir o papel que atualmente é ocupado pela Venezuela, cuja produção petrolífera, de 60 a 70%, é exportada para o mercado norte-americano. Neste ponto, emerge um problema. Se o governo Obama quer preterir a produção venezuelana a favor da brasileira é porque o governo de Hugo Chavez continua sendo intragável para a Casa Branca. Obama alega que tal medida seria para diminuir a dependência norte-americana de petróleo importado. Mas qual o propósito em trocar a Venezuela pelo Brasil? Talvez a resposta mais

factível continue sendo ainda de teor político e não essencialmente técnico.

Se o Brasil se elevar na condição de fornecedor de hidrocarbonetos para os Estados Unidos, então, sua posição internacional também deverá ser alterada, tornando-se mais delicada. A dependência de Washington das energias importadas faz com que o país não se descuide do quesito estratégico e militar. Parte considerável do poder naval americano está nas zonas de trânsito dos superpetroleiros que saem do Oriente Médio para a Europa Ocidental.

O aumento de fluxo de combustíveis não-renováveis do Brasil para o mercado norte-americano pode suscitar elevação de ânimo em alguns países sul-americanos, começando por Brasília, pois energia é um dos itens que integram o poder nacional. Além disso, o cuidado estratégico, a locomoção de frota naval dos Estados Unidos para o Atlântico Sul poderá ser vista com grau de tensão, mesmo que o tema ainda não seja confirmado. Daí, o Estado brasileiro teria de administrar dois impasses, um militar em virtude do trânsito de vasos de guerra norte-americanos, tocando as jazidas brasileiras; e um político, já que as exportações do Brasil podem suscetibilizar Hugo Chavez, que nunca escondeu sua crítica ao etanol.

Um traço marcante da economia norte-americana é que ela consome, em média, 25% de toda a produção mundial de energia, o que vale para hidrocarbonetos e carvão mineral. No governo Obama houve preocupação de diversificar a matriz energética do país, procurando fazer com que outros insumos tomem parte nela. Em virtude de questões político-militares ou econômicas (por que não ambas?) a administração democrata convidou dois eminentes pesquisadores de energia. Assim, os professores Steven Chu, de Berkeley, e José Goldenberg, da Universidade de São Paulo, produziram o relatório denominado *Iluminando o Caminho: Em Direção a um Futuro de Energia Sustentável*, em que ambos imaginam formas de fazer com que não somente os Estados Unidos, mas todo o sistema internacional tenha superávit energético e, ao mesmo tempo, consigam mitigar os efeitos do aquecimento global.

O problema de fundo é os dois professores não ignoram o choque de interesses que o assunto causa.

E mais, correm o risco de terem suas palavras jogadas ao vento por causa das implicações de poder que a disputa de energia, bem como das novas tecnologias, promovem entre os Estados, sobretudo aqueles que gozam de preeminência, como os Estados Unidos.

Desta forma, sugestões como a de procurar renovar cientificamente o consumo de carvão mineral, altamente poluidor, ou de pesquisar com mais afinco o uso do hidrogênio, extremamente oneroso nas atuais situações, parecem algo sem propósito. Mas não são. A economia norte-americana, em primeiro plano, e as demais que estão em ritmo de recuperação, necessitam enormemente de equilíbrio energético, sem o qual não há recuperação produtiva nem crescimento do emprego.

Por isso, já é lugar-comum dizer que a ascensão positiva dos Estados no sistema internacional se dá melhor, sem reducionismo, à medida que há estoques de energia (Rifkin, 2002). No entanto, é necessário frisar que o impacto que a economia do petróleo provoca no sistema é de tal importância, mesmo em período de alta de preço, como houve no ano de 2007, que outros insumos ainda são considerados caros, como o hidrogênio ou solar, em comparação ao *ouro negro*.

Em contabilidade feita no depto. de Energia da Universidade Federal do ABC, sobre a relação custo benefício dos vetores, constatou-se que para adquirir uma unidade de energia, pelo hidrogênio, é necessário gastar quatro partes de hidroeletricidade ou de petróleo. Em outro ponto, para se adquirir uma unidade de etanol de milho são necessários duas ou três unidades de outros insumos. Assim, se percebe que o quanto os Estados Unidos ainda terão de depender de petróleo.

Em parte, boas idéias dão a impressão de serem o resgate das antigas. O lado mais original seria o de ser o Brasil um exportador de energia via álcool combustível e demais insumos para o mercado norte-americano, europeu e, talvez, asiático amainando o consumo chinês. Sem dúvida uma projeção tentadora para o País que almeja lugar de destaque no sistema, porem grandes serão os custos para manter essa posição. Ainda que de forma especulativa os três maiores problemas seriam a falta de recursos para

explorar a bacia de Tupi a contento, a oposição altamente alarmada que Hugo Chavez pode fazer contra o Brasil, contando com apoio do boliviano Evo Morales e do equatoriano Rafael Correa e a falta de um plano coerente para maximizar a produção do etanol em que considere as condições trabalhistas e o meio ambiente.

### Referências Bibliográficas

- BATTAGLINO, Jorge. "A Reativação da IV Frota e o Novo Paradigma de Controle Global dos Estados Unidos". In *Política Externa*. Volume 17, número 4. São Paulo, Paz e Terra, 2009.
- CHU, Steven et GOLDENBERG, José. *Iluminando o Caminho: Em Direção a um Futuro de Energia Sustentável*. Programa de energia para o governo Obama. Encontrado em [www.abc.org.br](http://www.abc.org.br). Site analisado a 05/05/2009.
- GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- GRAY, John. *O Falso Amanhecer*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

RIFKIN, Jeremy. *A Economia do Hidrogênio*. São Paulo, Mbooks, 2002.

Recebido em 16 de maio de 2009

Aprovado em 19 de maio de 2009

**Resumo:** Este artigo tenciona analisar três aspectos da política internacional que se interligam: 1 – a crise econômica internacional, 2 – o intuito do governo Obama para diversificar sua matriz energética e, 3 – o possível papel a ser representado pelo Brasil como exportador de energia.

**Abstract:** In international politics there are three aspects that can be analyse: 1 – the international economics crise, 2 – the wish of the North American government to transform his energetic soucer, more plural, and 3 – the possible role where Brazil becomes a actor at energy exportation.

**Palavras-chave:** Governo Obama; Governo Lula; Etanol.  
**Key words:** Obama Government; Lula Government; Ethanol.

